

PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ASPECTOS DOS CUIDADOS DAS CRIANÇAS DE MENOS DE 4 ANOS DE IDADE

2015



MINISTÉRIO DO
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E AGRÁRIO**

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira (interino)

Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário
Osmar Gasparini Terra

Secretário-Executivo
Alberto Beltrame

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação
Vinicius de Oliveira Botelho

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade

2015

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4409-0 (meio impresso)

© IBGE. 2017

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Aline Pedro Carneiro Damacena - Ilustração

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade : 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

62p.

Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Inclui bibliografia e glossário.

ISBN 978-85-240-4409-0

1. Educação de crianças - Brasil. 2. Crianças – Assistência em instituições. 3. Crianças – Cuidado e tratamento. 4. Crianças – Condições sociais 5. Creches. 6. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2015. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. II. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios : aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade. III. PNAD : aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2017-04

CDU 373.2(81)
DEM

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Plano amostral

Tamanho da amostra

Análise dos resultados

Referências

Anexo

Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a presente publicação, comentários analíticos sobre os indicadores referentes aos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade, obtidos a partir das informações de suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, realizada em parceria com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹.

A PNAD já coleta algumas informações sobre crianças, porém voltadas para os aspectos do trabalho infantil (5 a 9 anos de idade) e da frequência à escola ou creche (4 anos ou mais de idade). Este Suplemento, pela primeira vez, investigou crianças sob uma perspectiva diferente, focando naquelas com menos de 4 anos de idade, e indo além da frequência à escola ou creche, para identificar questões relacionadas aos seguintes aspectos: em que local e com quem a criança fica durante o dia (períodos da manhã e tarde); redes de proteção e cuidados dessas crianças (familiares e instituições comunitárias, públicas e mistas); se há diferenças na organização dos cuidados, conforme a idade da criança e do responsável; se há diferenças na organização dos cuidados, conforme a inclusão do responsável pela criança no mercado de trabalho; e interesse das famílias por vaga em creche ou escola para as crianças dessa faixa etária e as dificuldades encontradas para acessar tais serviços. Este último aspecto, cabe ressaltar, é de extrema importância para o desenho e a implantação de políticas de desenvolvimento social mais efetivas na área.

¹ A partir de maio de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome passou a integrar o novo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Esta publicação apresenta **Notas técnicas** sobre a pesquisa, **Análise dos resultados** ilustrada com tabelas e gráficos, e **Glossário** com os termos e conceitos julgados necessários para a compreensão dos resultados. Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015 encontram-se no **Anexo** que complementa o presente volume.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que oferece, ainda, o plano tabular com os resultados da pesquisa, para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, em complemento à presente publicação. Com a disponibilização dessa base de dados, amplia-se o conhecimento sobre as características das crianças desse importante subgrupo da Primeira Infância, possibilitando o aprimoramento das políticas públicas de provisão de serviços de cuidados para essa fase da vida – em particular, no que se refere às barreiras que a população enfrenta para conseguir cuidar adequadamente das crianças pequenas

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente na pesquisa, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização do Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. No período 1974-1975, foi realizada uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD.

Além do tema da presente publicação, Aspectos dos Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, mais duas investigações suplementares foram realizadas pela PNAD 2015, versando sobre Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização, bem como sobre Prática de Esportes e Atividade Física, que serão objetos de publicações específicas.

O corpo básico da PNAD, cabe destacar, já contém algumas informações relacionadas à fase inicial da vida da população, sobre temas como Trabalho Infantil (5 a 9 anos de idade) e Educação (4 anos ou mais de idade), este concentrado, principalmente, na frequência à escola ou creche. O presente Suplemento focou no grupo de crianças mais novas (menos de 4 anos de idade), indo além da frequência à escola ou creche, para identificar questões associadas a outros aspectos dos cuidados dessa fase inicial da Primeira Infância.

Segundo a perspectiva da proteção integral, solidificada no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13.07.1990), é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária desse grupo populacional. Neste contexto – ampliação de direitos sociais; prioridade assegurada à infância; e responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade, comunidade e família na concretização dos direitos previstos –, torna-se necessário entender, por exemplo, quais são os arranjos de cuidados utilizados para as crianças que estão fora da creche, se há diferenças nos arranjos, de acordo com a idade das crianças (0 a 12 meses, 12 a 24 meses, 24 a 36 meses), entre outras questões associadas ao seu desenvolvimento nos primeiros anos de vida, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas de provisão de serviços de cuidados para a Primeira Infância.

As **Notas técnicas**, a seguir, trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos da evolução histórica da PNAD.

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ao longo de sua existência. Os cartogramas apresentados na primeira ilustração permitem acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; o quadro que compõe a segunda ilustração informa a população-alvo nos temas básicos investigados (habitação, aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimento); enquanto o quadro que constitui a terceira ilustração reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2015

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969



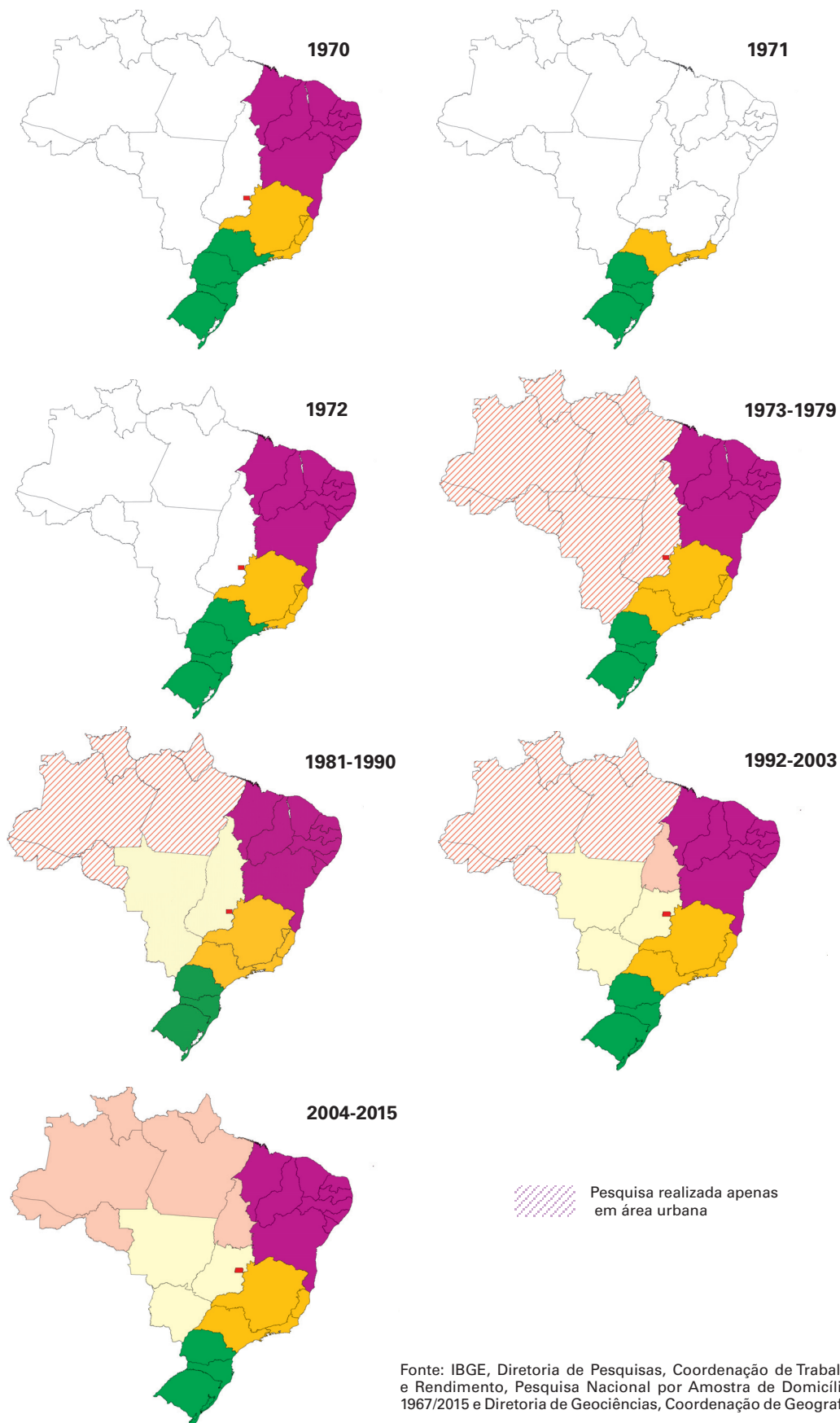
I, II e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2015

(conclusão)



Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2015

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade	1971 a 1993
1995 a 1999			Todas as pessoas		1995 a 1999
2001					Pessoas de 5 anos ou mais de idade
2002 a 2015			Pessoas de 10 anos ou mais de idade	2002 a 2015	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2015.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”; para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” no **Glossário**, ao final da publicação).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei n. 11.274, de 06.02.2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Assim, foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico PDA para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Em 2007, foi utilizado o sistema DIA - Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, utiliza-se o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião do Censo Demográfico;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as investigações da PNAD realizadas de 2001 a 2009. A classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;

- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e
- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Na seleção das unidades primária e secundária (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação, compondo a amostra de domicílios da PNAD.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na respectiva área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas da PNAD em 2015.

**Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra,
segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2015**

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	151 189	356 904
Rondônia	1/200	23	170	2 837	6 562
Acre	1/150	11	94	1 642	4 603
Amazonas	1/250	23	240	3 796	12 144
Roraima	1/150	5	57	1 011	2 462
Pará	1/350	61	563	8 697	22 489
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4 344	10 889
Amapá	1/200	6	60	966	2 934
Tocantins	1/200	23	148	2 493	5 999
Maranhão	1/600	35	205	3 226	9 194
Piauí	1/500	20	127	2 251	5 697
Ceará	1/600	48	457	7 871	17 819
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	5 054	10 917
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2 136	4 884
Paraíba	1/550	23	146	2 444	6 151
Pernambuco	1/600	50	581	9 110	21 309
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6 290	14 238
Alagoas	1/500	18	128	2 030	5 316
Sergipe	1/300	22	155	2 508	6 134
Bahia	1/600	88	731	11 858	26 155
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5 524	11 788
Minas Gerais	1/650	129	813	13 977	32 933
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5 258	12 719
Espírito Santo	1/450	24	187	3 087	6 568
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 191	25 858
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7 980	19 176
São Paulo	1/950	126	1 023	17 291	40 008
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8 284	19 656
Paraná	1/600	67	457	7 665	18 707
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2 982	7 204
Santa Catarina	1/550	45	278	4 511	9 544
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 356	26 259
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7 676	16 642
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 687	6 018
Mato Grosso	1/350	31	204	3 268	7 477
Goiás	1/350	51	397	6 617	14 666
Distrito Federal	1/250	1	213	3 663	9 014

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa). Essas projeções consideram a evolução populacional ocorrida entre os Censos Demográficos sob hipóteses de crescimento associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. Como frisado anteriormente, a partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD e do Suplemento de Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD e do Suplemento de Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, torna-se praticamente impossível isolar os erros, provenientes das diversas fontes, que influenciam os resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que estes últimos podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD e para o Suplemento de Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades para a amostra; e
- O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação. Assim, para cada tabela de resultados disponibilizada no portal do IBGE na Internet, segue uma outra com os correspondentes coeficientes de variação estimados.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2015, foram pesquisadas 356 904 pessoas e 151 189 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Para este Suplemento, foram investigadas 18 291 crianças de menos de 4 anos de idade.

Análise dos resultados

As crianças de menos de 4 anos de idade formam um subgrupo da chamada Primeira Infância, que compreende a fase de 0 a 6 anos de idade de vida².

Na Primeira Infância,

[...] ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras mais complexas³. Crianças com desenvolvimento integral saudável durante os primeiros anos de vida têm maior facilidade de se adaptarem a diferentes ambientes e de adquirirem novos conhecimentos, contribuindo para que posteriormente obtenham um bom desempenho escolar; alcancem realização pessoal, vocacional e econômica e se tornem cidadãos responsáveis (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014, p. 4).

Os cuidados da Primeira Infância alcançam diversas dimensões da vida da criança e se iniciam antes mesmo de seu nascimento. Eles incluem a atenção às gestantes durante a gravidez, por meio de cuidados pré-natais⁴, tais como o uso de ácido fólico e sulfato ferroso e

² O grupo etário que compreende a Primeira Infância pode variar de acordo com a convenção de cada país. No caso brasileiro, a Lei n. 13.257, de 08.03.2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a Primeira Infância e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13.07.1990), dentre outras leis e decretos, considera a Primeira Infância o período que abrange os primeiros 6 anos completos ou 72 meses de vida da criança.

³ Sobre a Primeira Infância e a plasticidade cerebral, ver: NATIONAL SCIENTIFIC COUNCIL ON THE DEVELOPING CHILD. *The timing and quality of early experiences combine to shape brain architecture*. Cambridge, 2008. 9 p. (Working paper, n. 5). Disponível em: <http://developingchild.harvard.edu/wp-content/uploads/2007/05/Timing_Quality_Early_Experiences-1.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

⁴ Sobre a realização de acompanhamento pré-natal das mulheres de 18 a 49 anos de idade, ver: PESQUISA nacional de saúde: 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 85 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol3/default.shtm>. Acesso em: mar. 2017.

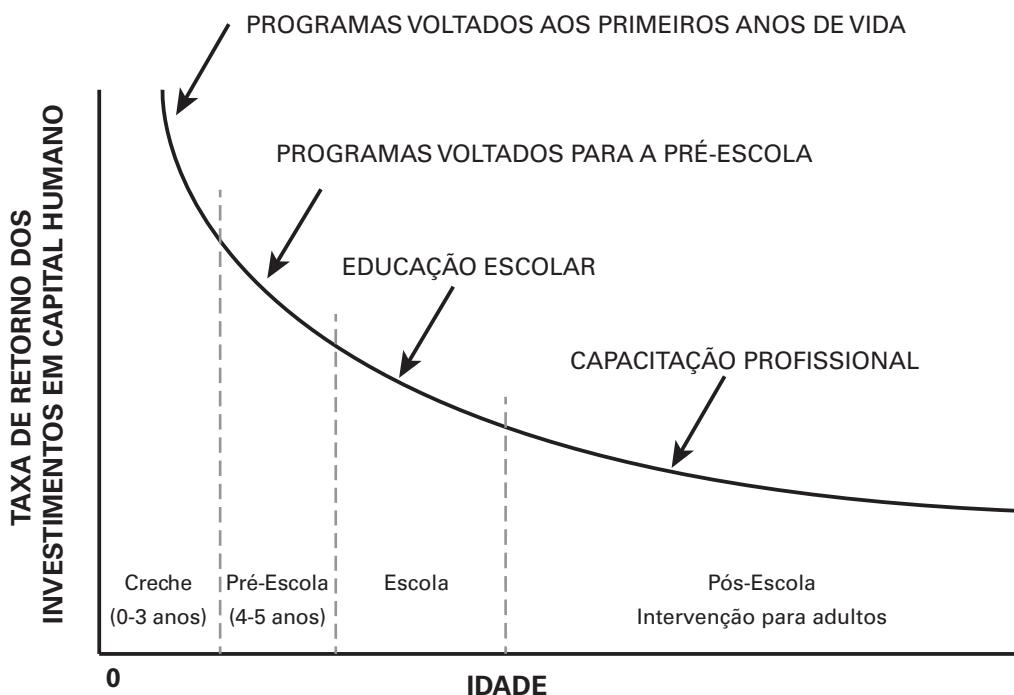
o acompanhamento adequado para garantir à mulher uma gestação saudável e um parto seguro. Logo após o nascimento, as ações de aleitamento materno e de vacinação/imunização⁵ tornam-se essenciais para a saúde das crianças.

Oferecer as condições adequadas de desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida da criança torna-se fundamental para o fortalecimento, tanto individual quanto da sociedade, com a obtenção de resultados no curto, médio e longo prazos. A ausência ou deficiência dessas condições comprometem a aquisição e a consolidação de conhecimento e habilidades ao longo do tempo, com reflexos na vida adulta.

Principalmente no longo prazo, as crianças que tiveram menos oportunidades de desenvolvimento tornam-se, com maior probabilidade, pobres no futuro, gerando o ciclo intergeracional de pobreza (BARROS et al., 2001).

O retorno do investimento na Primeira Infância para a sociedade tem sido abordado em estudos que enfatizam seus desdobramentos sobre o capital humano e implicações socioeconômicas (GAAG, 2002; BARROS et al., 2011). Um dos destaques desse tema refere-se à análise da relação custo/benefício-econômico e aspectos da neurociência que mensurariam as vantagens de intervenções precoces na formação das crianças (HECKMAN, 2008). A Figura 1 ilustra essa relação, destacando o retorno crescente, sobre o capital humano, dos programas voltados para as crianças.

Figura 1: Taxa de retorno do investimento em capital humano



Heckman (2008). Figura extraída de: Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância (2014, p. 8). Adaptado.

⁵ Sobre o Programa Nacional de Imunizações - PNI, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, consultar o endereço: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/pni/>>.

A ênfase sobre os potenciais benefícios da educação infantil tem gerado demandas por políticas públicas que contemplem o atendimento das crianças desde seus primeiros anos de vida. Com relação àquelas de menos de 4 anos de idade, as ações relacionadas à educação focam a disponibilização de equipamentos educacionais (creches) que ofereçam ambiente protegido, com atenção, alimentação e estímulos que muitas vezes servem como oportunidades para outros programas destinados ao desenvolvimento infantil, como suplementação nutricional e educação parental (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014). Os impactos positivos duradouros da educação infantil, contudo, não dependem somente do crescimento da oferta de creches, mas também da qualidade das estruturas física e pedagógica oferecidas por estas.

Considerando a necessidade de atendimento dessa demanda pela sociedade, torna-se necessário entender, por exemplo, quais são os arranjos de cuidados utilizados para as crianças que estão fora da creche, se há diferenças nesses arranjos, de acordo com a idade das crianças (0 a 12 meses, 12 a 24 meses, 24 a 36 meses), entre outras questões associadas ao desenvolvimento na Primeira Infância. Tal compreensão visa ao aprimoramento das políticas públicas de provisão de serviços de cuidados da Primeira Infância – em particular, no que se refere às barreiras que a população de baixa renda enfrenta para conseguir cuidar, adequadamente, das crianças pequenas.

Assim, o Suplemento de Cuidados das Crianças de Menos de 4 Anos de Idade da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015** investigou questões que permitam identificar:

- Em que local e com quem a criança fica durante o dia (períodos da manhã e tarde);
- Redes de proteção e cuidados dessas crianças (familiares e instituições comunitárias, públicas e mistas);
- Se há diferenças na organização dos cuidados, conforme a idade da criança e do responsável;
- Se há diferenças na organização dos cuidados, conforme a inclusão do responsável pela criança no mercado de trabalho; e
- O interesse das famílias por vaga em creche ou escola para as crianças com menos de 4 anos de idade e as dificuldades encontradas para acessar tais serviços, o que é de extrema importância para o desenho e a implantação de políticas de desenvolvimento social mais efetivas nessa área.

Domicílios com crianças de menos de 4 anos de idade

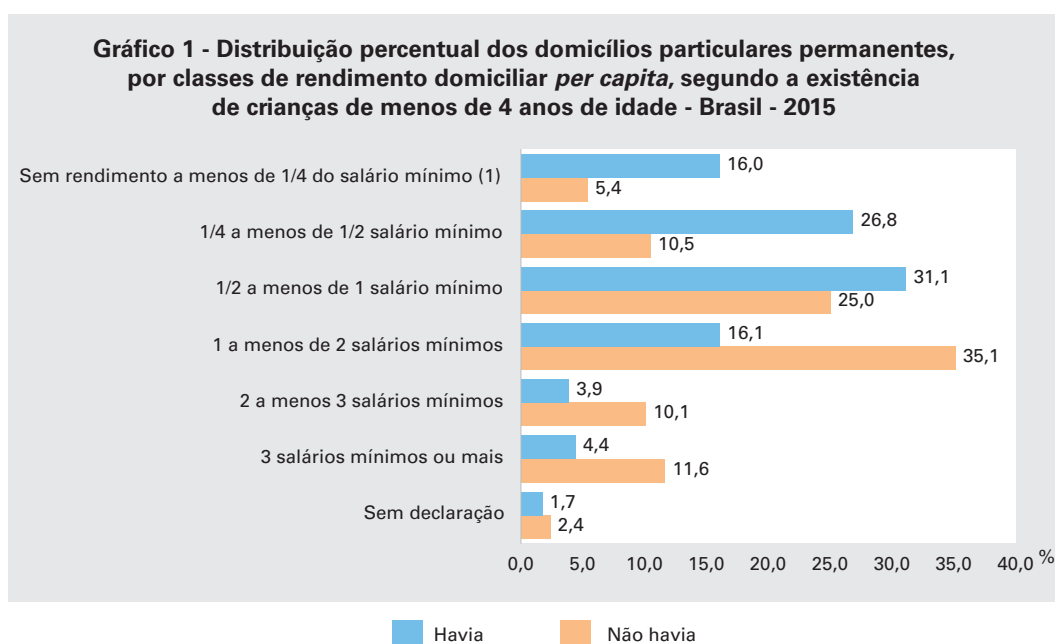
A PNAD 2015 estimou em cerca de 10,3 milhões o contingente de crianças de menos de 4 anos de idade no País, o que representava 5,1% da população residente.

A presença de crianças desse grupo etário foi registrada em 13,7% dos domicílios do País, atingindo proporção maior na Região Norte (18,2%) e valores menores nas Regiões Sudeste (12,3%) e Sul (12,2%). Enquanto na área urbana do País 13,5% dos domicílios contavam com a presença desses moradores, na área rural, a incidência era um pouco maior (14,7%).

Dos domicílios que possuíam moradores de menos de 4 anos de idade, 89,9% tinham apenas 1 morador desse grupo etário. A Região Norte foi a que registrou a maior proporção de domicílios com 2 ou mais moradores desse mesmo grupo (13,9%).

Analisaram-se, também, questões relacionadas às condições de saneamento básico do domicílio e de seu entorno, uma vez que a existência de condições adequadas de habitação, como o acesso à água tratada, a coleta de lixo e o tratamento do esgoto são importantes, não só para a redução da subnutrição e da mortalidade infantil, como também para o desenvolvimento saudável das crianças. Com relação a esse tema, observou-se que o acesso aos serviços de saneamento básico registrou diferenças entre os domicílios, apresentando cobertura menor naqueles em que havia moradores de menos de 4 anos de idade. Enquanto nos domicílios em que não havia essas crianças a rede geral de abastecimento de água alcançava 85,7%, naqueles em que elas moravam a proporção baixava a 83,7%. A existência de rede coletora de esgoto ou fossa séptica era de 81,2% contra 77,1%, enquanto o lixo coletado diretamente, por sua vez, registrava 83,7% e 81,8%, respectivamente, nos domicílios sem e com moradores de menos de 4 anos de idade.

O aspecto mais distintivo entre os domicílios foi o rendimento domiciliar *per capita*, sendo maior a presença de crianças de menos de 4 anos de idade nas classes menos elevadas. Enquanto as classes correspondentes a menos de 1 salário mínimo concentravam 40,9% dos domicílios em que não moravam crianças dessa faixa etária, naqueles em que elas habitavam essa proporção era de 73,9%. A partir de 1 salário mínimo, a relação se inverte, com os domicílios sem moradores de menos de 4 anos de idade superando aqueles com tal presença, como pode ser observado no Gráfico 1.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

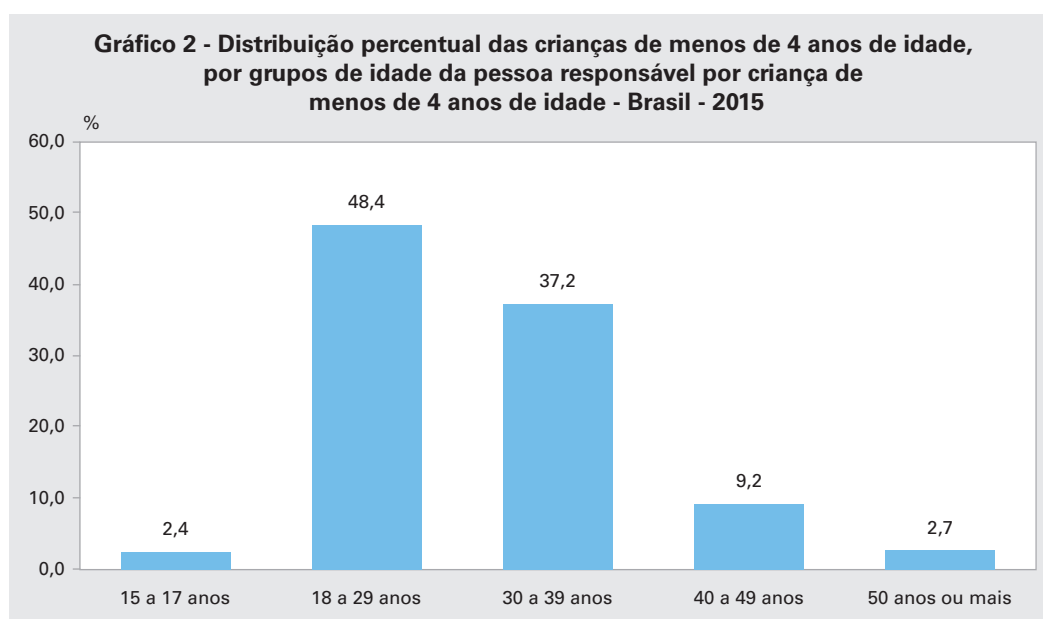
(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

A diferença nos rendimentos devido à presença de crianças de menos de 4 anos de idade no domicílio reproduziu-se regionalmente: no País, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos domicílios em que havia crianças dessa faixa etária era de R\$ 715, ou 53,0% do valor daqueles em que não havia esses moradores (R\$ 1 348); na Região Nordeste, essa proporção baixava para 51,7%; e na Sul, por outro lado, se elevava a 57,0%. O menor percentual observado no Nordeste pode ser explicado, não só pelo fato de essa região já apresentar baixos rendimentos em relação à média nacional, como também por registrar participação maior de crianças desse grupo etário na composição de sua população residente.

Características dos responsáveis por crianças de menos de 4 anos de idade

A pesquisa investigou a condição do responsável por criança de menos de 4 anos de idade no domicílio⁶. No País, a maioria dessas crianças (87,9%) tinha duas pessoas como responsáveis. Entre as Grandes Regiões, também houve o predomínio desse padrão, com proporções variando desde 85,9%, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, até 90,6%, na Região Sul.

Analisando algumas características da primeira pessoa responsável pela criança, observou-se que, para 83,8% (8,6 milhões) das crianças de menos de 4 anos de idade, essa pessoa era mulher. A Região Sul foi a que apresentou a maior proporção de homens nessa condição (20,7%), enquanto a Nordeste registrou a menor incidência (11,9%). A estrutura etária das pessoas que respondiam como primeira responsável pela criança mostrou grande concentração nos grupos de 18 a 29 anos (48,4%) e de 30 a 39 anos de idade (37,2%) e queda expressiva a partir dos 40 anos de idade (Gráfico 2).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

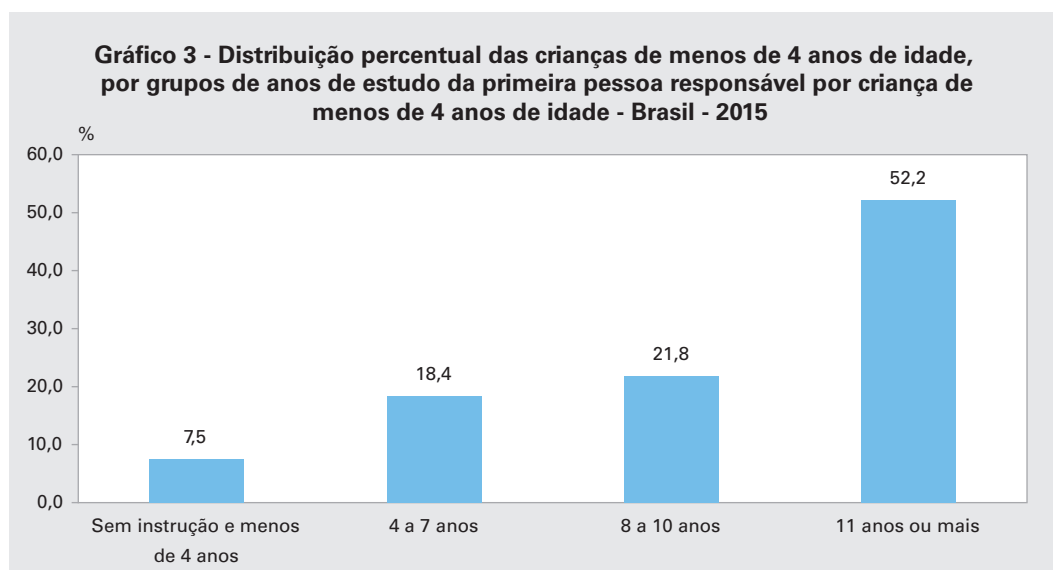
⁶ A pessoa declarada como responsável pela criança poderia ser qualquer pessoa, não necessariamente o pai ou a mãe.

Regionalmente, é interessante ressaltar que as pessoas responsáveis de 15 a 17 anos de idade apresentaram as maiores proporções nas Regiões Norte e Nordeste: 3,8% e 3,1%, respectivamente. Essas duas regiões também registraram os maiores valores para as pessoas de 50 anos ou mais de idade: 3,7% e 3,1%, nessa ordem.

Quando se desagregou o sexo da primeira pessoa responsável por criança de menos de 4 anos de idade pelos respectivos grupos de idade, verificou-se que, de 15 a 17 anos de idade, as mulheres registravam participação de 2,9%, enquanto os homens, de 0,2%, apontando, portanto, para a maior incidência dessa atribuição entre adolescentes do sexo feminino. Entretanto, quando se tratava de pessoas de 40 anos ou mais de idade, essa proporção entre os homens (21,6%) era mais que o dobro da observada entre as mulheres (10,1%).

Outro aspecto analisado em relação à primeira pessoa responsável por criança de menos de 4 anos de idade foi os anos de estudo. Esse indicador apresentou seu menor valor entre os responsáveis do grupo sem instrução e menos de 4 anos de estudo (7,5%) e o maior, entre aqueles com 11 anos ou mais de estudo (52,2%) (Gráfico 3). Essa distribuição é semelhante à observada para a população em geral (acima de 15 anos de idade), isto é: predomínio entre as pessoas com 11 anos ou mais de estudo e menor incidência entre aquelas do grupo sem instrução e menos de 4 anos de estudo. Vale ressaltar que a proporção de responsáveis do grupo sem instrução e menos de 4 anos de estudo era 9,6 pontos percentuais menor do que a registrada para a população em geral, ao passo que entre os responsáveis com 11 anos ou mais de estudo essa proporção era 9,1 pontos percentuais superior à verificada para a população em geral.

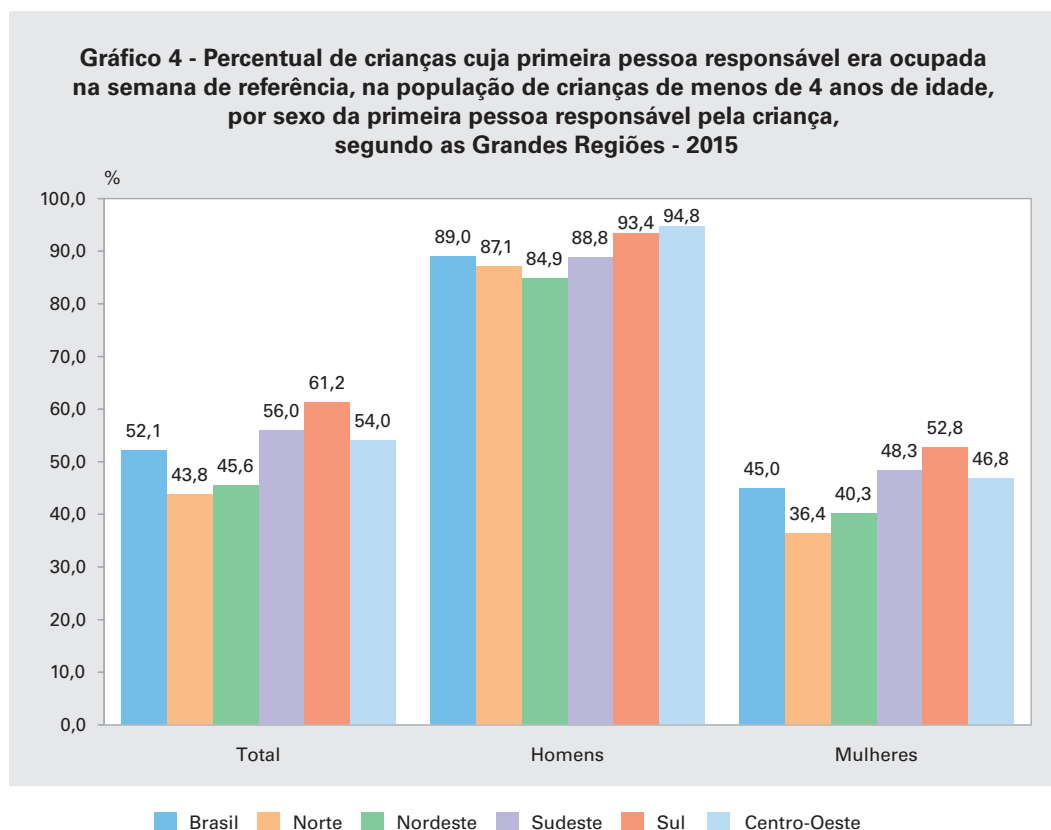
O comportamento dessa distribuição estaria relacionado à característica etária da população que integra as pessoas responsáveis por crianças de menos de 4 anos de idade, que, como já ressaltado anteriormente, é formada por pessoas mais jovens, que normalmente são mais escolarizadas. No plano regional, foram mantidas as diferenças tradicionalmente observadas na escolaridade da população no País, cabendo destacar que as Regiões Norte e Nordeste registraram os maiores percentuais de pessoas responsáveis por crianças de menos de 4 anos de idade no grupo sem instrução e menos de 4 anos de estudo, enquanto os menores percentuais, no grupo de 11 anos ou mais de estudo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

A estimativa da situação na ocupação mostrou que para 52,1% das crianças de menos de 4 anos de idade a primeira pessoa responsável por elas era ocupada na semana de referência – quando essa pessoa era mulher, a proporção baixava para 45,0%, enquanto para os homens a estimativa alcançava 89,0% (Gráfico 4). Em todas as Grandes Regiões do País, o percentual de crianças que tinham homens ocupados como primeira pessoa responsável era maior que o de crianças que tinham mulheres nessa condição.

O predomínio da ocupação entre os homens já é observado nas análises de mercado de trabalho. Em 2015, a PNAD registrou que, entre os homens de 15 anos ou mais de idade, 70,2% eram ocupados, enquanto entre as mulheres desse mesmo grupo de idade essa proporção baixava para 48,2%. O que chama a atenção, contudo, é o fato de essa diferença ter sido acentuada quando a situação na ocupação envolvia, também, a condição de responsável por criança: o percentual de crianças de menos de 4 anos de idade cuja primeira pessoa responsável era homem ocupado mostrava-se praticamente o dobro daquele observado entre as crianças que tinham mulheres ocupadas nesta condição.

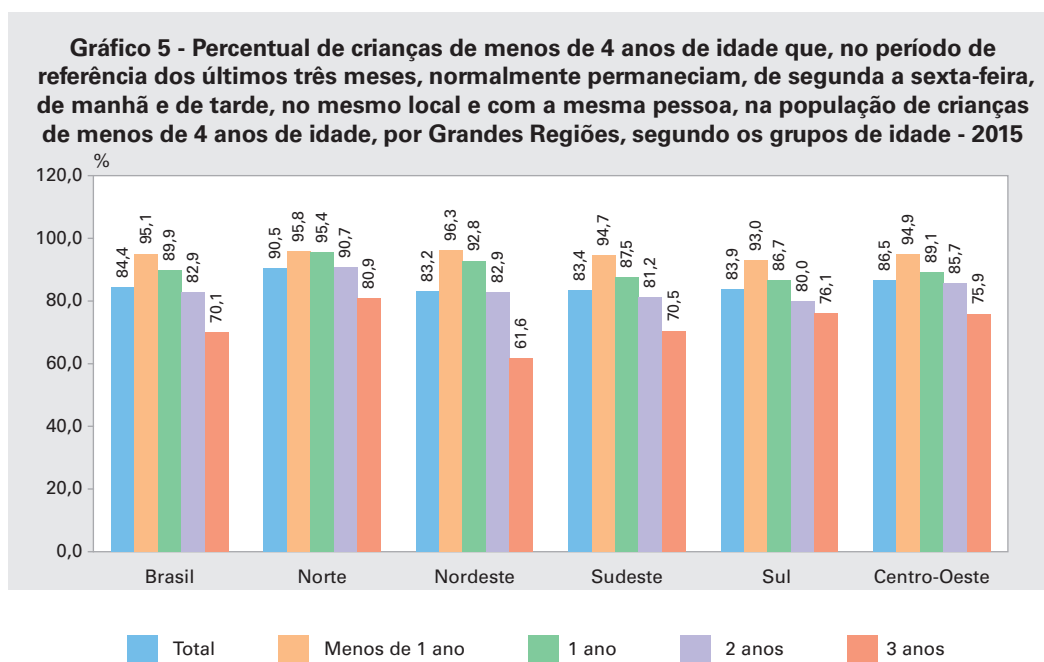


Local de permanência das crianças de menos de 4 anos de idade

A identificação do local e da pessoa com quem as crianças de menos de 4 anos de idade permaneciam ao longo do dia permite analisar quais os arranjos possíveis que as famílias encontram para cuidar dessas crianças, seja no ambiente domiciliar, seja em instituições comunitárias, públicas e mistas (governo, sociedade civil e famílias), bem como as razões para os responsáveis escolherem esse arranjo específico.

Os dados da pesquisa mostraram que, em 2015, das 10,3 milhões de crianças de menos de 4 anos de idade no País, 84,4% (8,7 milhões) normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa. Na Região Norte, a proporção chegava a 90,5%; nas demais regiões, esse valor variava de 83,2%, no Nordeste, até 86,5%, no Centro-Oeste.

Ao desagregar-se a permanência das crianças de menos de 4 anos de idade por grupos de idade, observou-se que, quanto mais nova a criança, tanto maior era o percentual de permanência no mesmo lugar e com a mesma pessoa ao longo do dia. Para aquelas de menos de 1 ano de idade, esse valor alcançava 95,1%, enquanto entre as de 3 anos a proporção baixava para 70,1%. Esse padrão ocorreu em todas as Grandes Regiões, sendo que, no Nordeste, verificou-se a maior redução de tal estimativa, que partia de 96,3% (crianças de menos de 1 ano de idade) e chegava a 61,6% (crianças de 3 anos de idade). Essa região também apresentou a principal diferença entre as estimativas das crianças de 2 anos (82,9%) e as de 3 anos de idade (61,6%), registrando queda de 21,3 pontos percentuais (Gráfico 5).



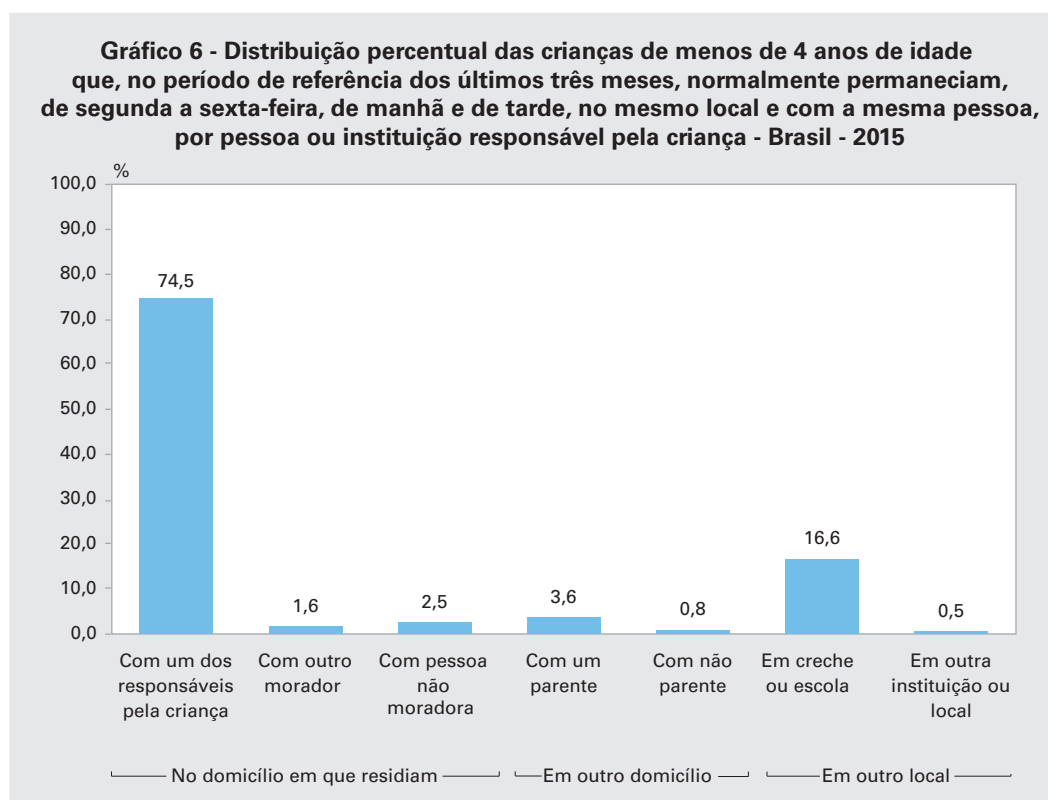
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Foram definidas três categorias de local de permanência das crianças de menos de 4 anos de idade durante o dia: no domicílio em que residiam, em outro domicílio, e em outro local (creche, escola, outra instituição ou local). Das 8,7 milhões de crianças que normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa: 78,6 % (6,8 milhões) ficavam no domicílio em que residiam; 4,4% (380 mil), em outro domicílio; e 17,1% (1,5 milhão), em outro local – creche ou escola com 16,6% (1,4 milhão), e outra instituição ou local, com 0,5% (42 mil), conforme mostra o Gráfico 6.

O predomínio da permanência dessas crianças no domicílio em que residiam foi observado em todas as Grandes Regiões, sendo que o Norte (93,2%) e o Nordeste (88,3%) alcançaram as maiores proporções, enquanto o Sudeste (70,1%) e o Sul (67,6%), as menores.

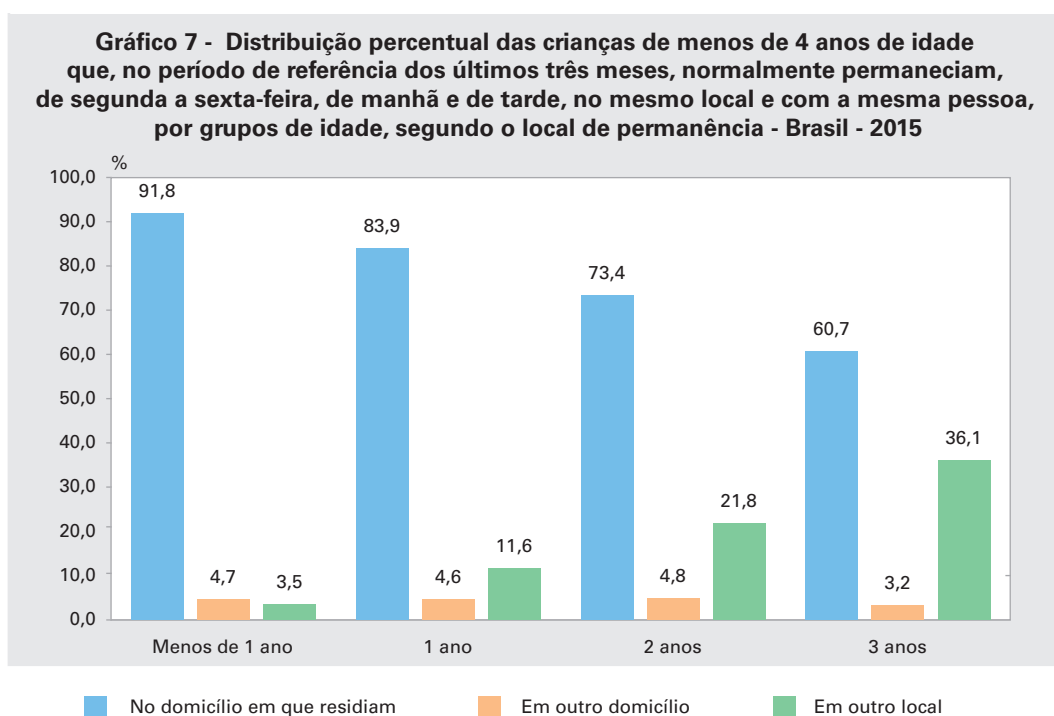
Um aspecto fundamental mostrado pela pesquisa foi o fato de que, além da maior parte das crianças de menos de 4 anos de idade ficar durante todo o dia no domicílio em que residia, seus cuidados eram principalmente exercidos por uma das pessoas apontadas como responsável por elas (6,8 milhões, ou 74,5%). Outras 314 mil (3,6%) crianças ficavam em outro domicílio sob os cuidados de um parente, e 216 mil (2,5%) permaneciam no domicílio em que residiam sob os cuidados de uma pessoa não moradora desse domicílio, como também pode ser observado no Gráfico 6.

Apenas 1,4 milhão de crianças de menos de 4 anos de idade (16,6%) permanecia sob os cuidados oferecidos em creche ou escola no período da manhã e da tarde. Regionalmente, as maiores proporções ocorriam nas Regiões Sul (26,6%) e Sudeste (24,2%), enquanto as menores, nas Regiões Nordeste (7,6%) e Norte (4,6%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

É importante observar, contudo, que a idade das crianças mostrava-se como um fator diferenciador para determinar o seu local de permanência. Verificou-se que, quanto menores as crianças (menos de 1 ano), além de permanecerem, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa, como ressaltado anteriormente (Gráfico 5), esse local era, principalmente, o domicílio em que residiam. Com o avanço da idade, contudo, crescia a proporção de permanência em outro local, que partia de 3,5% entre as crianças de menos de 1 ano de idade e chegava a 36,1% para aquelas de 3 anos de idade (Gráfico 7). Por outro lado, ainda que apresentasse percentual elevado, a permanência da criança no domicílio em que residia mostrava tendência de redução com o aumento da idade: de 91,8% (menos de 1 ano) para 60,7% (3 anos de idade).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Foram observadas, também, variações dos percentuais dos locais de permanência quando se consideravam os grupos de idade da primeira pessoa responsável pela criança. Para as crianças de menos de 4 anos de idade cujo responsável tinha de 15 a 24 anos de idade, a permanência no domicílio em que residiam de manhã e de tarde com um dos responsáveis era de 82,8%, reduzindo-se para 68,4% quando esse responsável tinha de 30 a 39 anos de idade. Por outro lado, quando se tratava de permanência em creche ou escola, o percentual de crianças que ficavam nesses estabelecimentos, durante a manhã e a tarde, e cujo responsável tinha de 15 a 24 anos, era de 11,4%, porém, quando a faixa de idade do responsável era de 30 a 39 anos, a proporção de permanência em creche ou escola elevava-se para 20,0%.

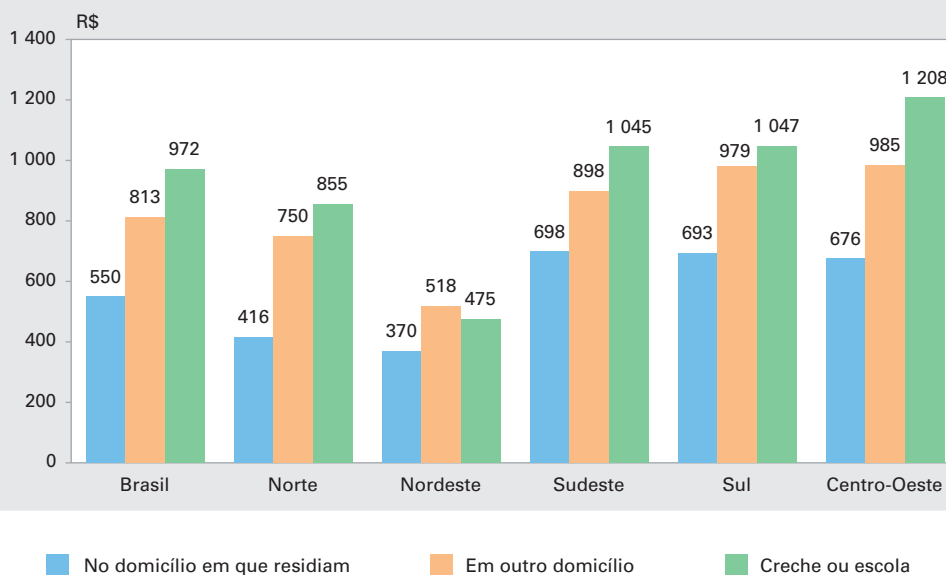
Outra característica referente ao local de permanência da criança durante a manhã e a tarde relacionava-se à situação na ocupação da primeira pessoa responsável. Para as crianças cujo primeiro responsável era ocupado, 59,2% permaneciam com um dos responsáveis no domicílio em que residiam; 8,0%, em outro domicílio;

e 24,6%, em creche ou escola. Entre as crianças cujo primeiro responsável era não ocupado, contudo, o percentual de permanência no domicílio em que residiam com um dos responsáveis atingia 89,3%; reduzindo-se para 0,8%, no caso da permanência em outro domicílio; e alcançando apenas 8,8%, em creche ou escola.

Além da idade das crianças, o rendimento domiciliar *per capita* também se mostrou elemento diferenciador quando levado em conta o local de permanência das crianças de menos de 4 anos de idade em 2015. No País, considerando aquelas que permaneciam durante todo o dia no domicílio em que residiam, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era de R\$ 550; para as que ficavam em outro domicílio, esse valor chegava a R\$ 813; e, quando consideradas as crianças que permaneciam em creche ou escola, R\$ 972. Em todas as Grandes Regiões, considerando-se as crianças que permaneciam durante todo o dia no domicílio em que residiam, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era sempre o mais baixo, variando de R\$ 370, no Nordeste, até R\$ 698, no Sudeste (Gráfico 8).

Por outro lado, com exceção da Região Nordeste, quando consideradas as crianças de menos de 4 anos de idade que permaneciam durante todo o dia em creche ou escola, o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era sempre maior. No caso das Regiões Norte e Centro-Oeste, o rendimento associado à permanência em creche ou escola era praticamente o dobro daquele relacionado à permanência no domicílio em que residiam tais crianças. Considerando aquelas que permaneciam durante todo o dia em creche ou escola, a Região Nordeste foi a única que apresentou o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* (R\$ 475) inferior ao observado para as crianças que permaneciam durante todo o dia em outro domicílio (R\$ 518), como ilustra o Gráfico 8.

Gráfico 8 - Rendimento médio mensal domiciliar *per capita* das crianças de menos de 4 anos de idade que, no período de referência dos últimos três meses, normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa, por Grandes Regiões, segundo o local de permanência - 2015



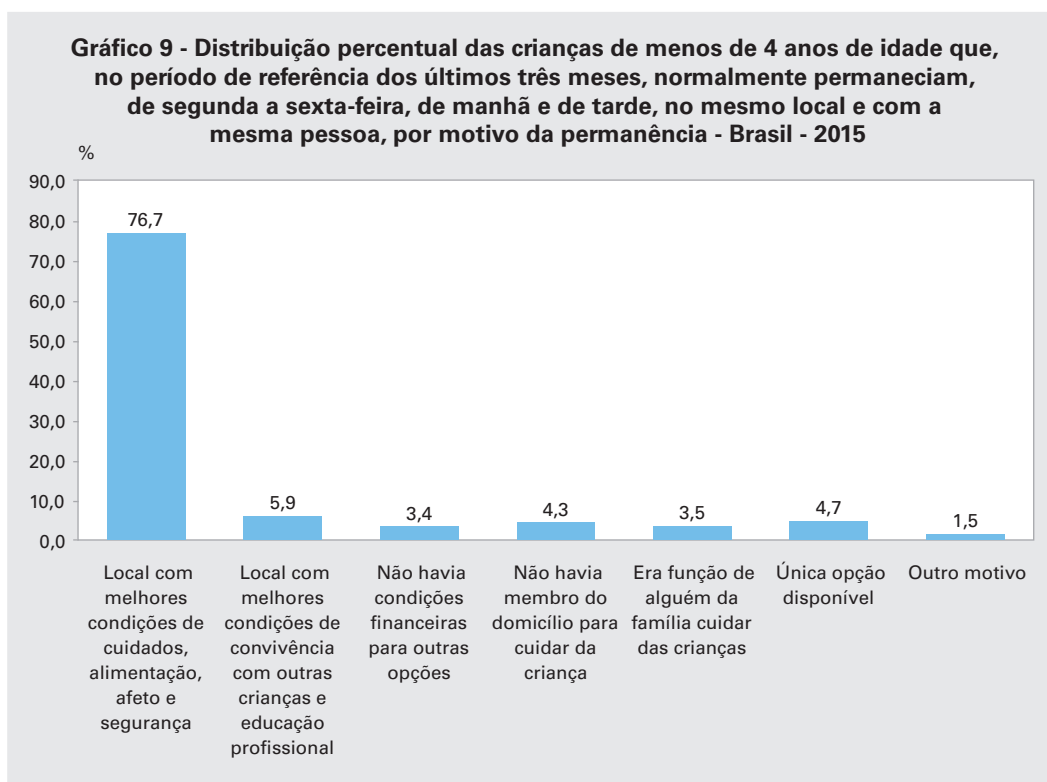
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

2. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

A pesquisa também investigou os motivos que levaram os responsáveis a deixarem as crianças de menos de 4 anos de idade sob a responsabilidade de outras pessoas nos locais relacionados anteriormente – no domicílio em que residiam, em outro domicílio, e em outro local (creche, escola, outra instituição ou local). As razões podem ser consideradas positivas, no sentido de que foi uma escolha entre opções possíveis, ou consideradas restritivas, caso os responsáveis não tivessem outras possibilidades, como, por exemplo, pagar uma creche privada.

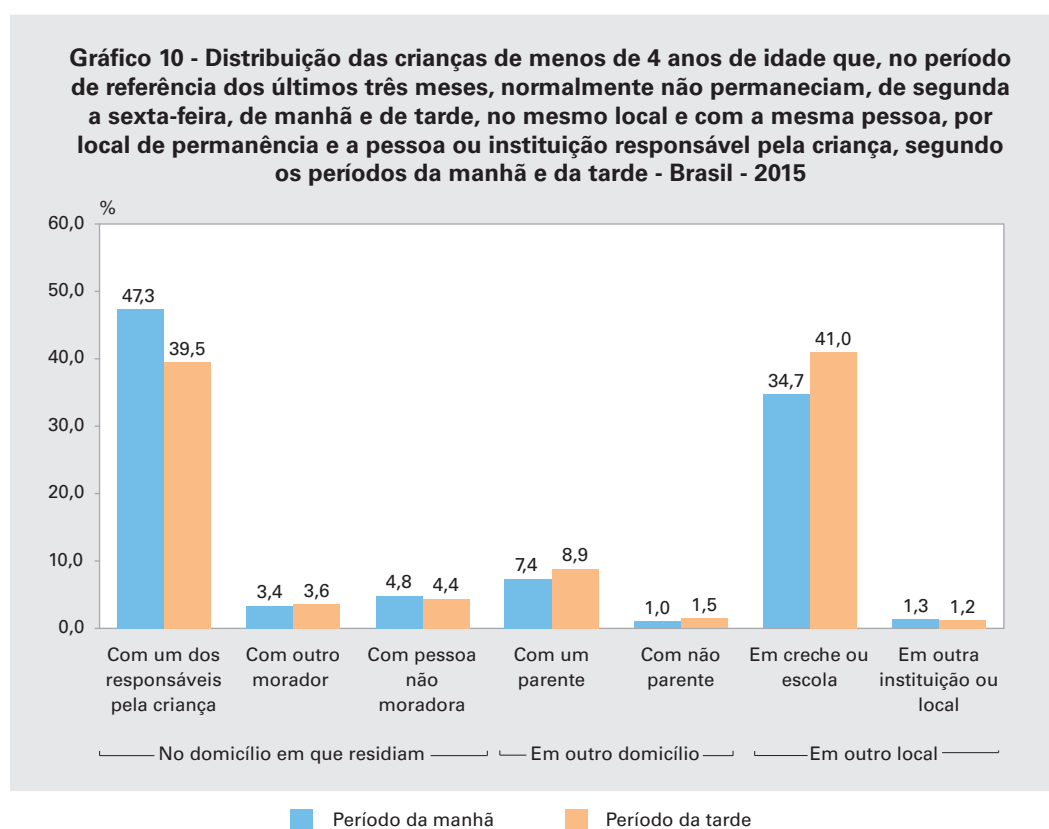
Na maioria dos casos, observou-se que o motivo alegado para a criança permanecer durante todo o dia em determinado local era o fato de que esse ambiente escolhido oferecia as melhores condições de cuidados, alimentação, afeto e segurança para a criança (76,7%). A prevalência desse motivo, analisada conjuntamente com o fato de que, na maioria dos casos, as crianças de menos de 4 anos de idade permaneciam durante todo o dia no domicílio em que residiam com um dos seus responsáveis (74,5%, conforme visto no Gráfico 6), pode indicar que o próprio domicílio, na avaliação dos responsáveis pelas crianças, oferece as melhores condições citadas para os cuidados das crianças dessa faixa etária. Com proporções bem menores, foram apontados outros motivos, dentre os quais: local com melhores condições de convivência com outras crianças e educação profissional (5,9%); o fato de que essa era a única opção disponível (4,7%); e não havia membro do domicílio para cuidar da criança (4,3%) (Gráfico 9).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Toda a análise feita até o momento sobre o local de permanência das crianças de menos de 4 anos de idade referia-se àquelas que normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa, o que representava 8,7 milhões de crianças (84,4%, conforme visto no Gráfico 5). O contingente remanescente (15,6%) era composto por crianças que ficavam durante o período da tarde em local e/ou com pessoa responsável distintos daqueles em que permaneciam pela manhã. Ao contrário do que ocorria com as crianças que normalmente permaneciam, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa, para as quais essa estimativa diminuía com o avanço da idade, as que mudavam de local e/ou pessoa responsável durante o dia apresentavam maior incidência, à medida que aumentava a idade, o que pode indicar uma maior propensão dos responsáveis a considerarem a viabilidade desse tipo de arranjo para as crianças mais velhas. O percentual de crianças de menos de 4 anos de idade que não permaneciam durante todo o dia no mesmo local e com a mesma pessoa partia de 4,9% entre aquelas de menos de 1 ano de idade, crescia para 10,1% no grupo das crianças de 1 ano de idade, aumentava para 17,1% entre as de 2 anos de idade, alcançando 29,9% na faixa etária de 3 anos.

Outro aspecto observado foi que, no período da manhã, havia uma prevalência de crianças de menos de 4 anos de idade que permaneciam com um dos responsáveis nos domicílios em que residiam (47,3%), o que diminuía no período da tarde (39,5%). Por outro lado, à tarde, crescia a proporção daquelas que ficavam em creche ou escola (41,0%) em comparação à estimativa do período da manhã (34,7%) (Gráfico 10).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Matrícula em creche ou escola

Em 2015, das 10,3 milhões de crianças de menos de 4 anos de idade investigadas na pesquisa, 25,6% (2,6 milhões) eram matriculadas em creche ou escola. A maior parte, entretanto, 74,4% (7,7 milhões), não era matriculada, isto é, não frequentava tal estabelecimento, nem de manhã, nem a tarde. Na Região Norte, a estimativa de não frequência era 90,2% e, na Sul, ocorria a menor proporção, de 65,9%.

Desse contingente de crianças de menos de 4 anos de idade não matriculadas em creche ou escola (7,7 milhões), os responsáveis por elas demonstravam interesse em fazê-lo em 61,8% (4,7 milhões) dos casos. Com exceção da Região Norte, onde essa proporção foi de 58,2%, nas demais regiões, essa estimativa ficou em torno 62,0%. O interesse do responsável em matricular as crianças crescia com o aumento da idade, atingindo os maiores percentuais entre as crianças de 3 anos de idade. Para aquelas na faixa etária de 2 anos (75,7%) e 3 anos (82,8%), a Região Nordeste, dentre todas as Grandes Regiões, apresentou as maiores proporção de crianças cujo responsável tinha interesse em realizar matrícula em creche ou escola, como mostra a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Percentual de crianças de menos de 4 anos de idade que não eram matriculadas em creche ou escola, mas cujo responsável tinha interesse em matriculá-la em creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo a idade das crianças - 2015

Idade das crianças	Percentual de crianças de menos de 4 anos de idade que não eram matriculadas em creche ou escola, mas cujo responsável tinha interesse em matriculá-la em creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	61,8	58,2	62,3	63,0	60,8	62,0
Menos de 1 ano	49,1	43,9	45,1	53,2	51,9	47,9
1 ano	58,4	51,8	58,5	59,6	61,3	59,5
2 anos	71,6	66,8	75,7	71,7	65,4	71,4
3 anos	78,6	73,4	82,8	80,1	71,8	77,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

O percentual de crianças de menos de 4 anos de idade cujos responsáveis tinham interesse em matriculá-las em creche ou escola diminuía nas classes de rendimento médio domiciliar *per capita* mais altas. Na classe sem rendimento a menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, essa proporção era de 61,5%, crescendo até a classe de $\frac{1}{2}$ a menos de 1 salário mínimo (63,9%). A partir da classe de 1 a menos de 2 salários mínimos, verificava-se redução da proporção, com estimativa de 60,1%, chegando a 54,4% na classe de rendimento domiciliar *per capita* de 3 ou mais salários mínimos.

Das 4,7 milhões de crianças de menos de 4 anos de idade que não eram matriculadas em creche ou escola, mas cujos responsáveis tinham interesse em fazê-lo, em 43,2% (2,1 milhões) dos casos, os responsáveis tomaram alguma ação ou providência para conseguir uma vaga. As Regiões Sudeste (54,6%) e Sul (57,3%) apresentaram estimativas superiores a 50%; por outro lado nas Regiões Norte (26,4%) e Nordeste (31,0%), essa proporção não chegou a 1/3.

Dentre as medidas adotadas pelos responsáveis para conseguir vaga em creche ou escola, as mais recorrentes eram o contato com creche, prefeitura ou secretaria para informações sobre existência de vagas (58,7%) e a inscrição em fila de espera para vagas (37,3%). Essas duas providências foram as mais frequentes em todas as Grandes Regiões, sendo que a primeira delas foi mais incidente nas Regiões Norte (76,1%) e Nordeste (78,1%). A providência de inscrição em fila de espera para vagas registrou as maiores proporções nas Regiões Sudeste (48,3%), Sul (45,9%), e Centro-Oeste (43,4%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição das crianças de menos de 4 anos de idade que não eram matriculadas em creche ou escola, mas cujos responsáveis tinham interesse em matriculá-las em creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo a ocorrência e a tomada de alguma ação para conseguir vaga em creche ou escola - 2015

Ocorrência e tomada de alguma ação para conseguir vaga em creche ou escola	Distribuição das crianças de menos de 4 anos de idade que não eram matriculadas em creche ou escola, mas cujos responsáveis tinham interesse em matriculá-las em creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não tomaram qualquer ação	56,8	73,6	69,0	45,4	42,7	52,8
Tomaram alguma ação	43,2	26,4	31,0	54,6	57,3	47,2
Contato com creche, prefeitura ou secretaria para informações sobre existência de vagas	58,7	76,1	78,1	49,2	52,7	51,6
Inscrição em fila de espera para vagas	37,3	17,3	14,5	48,3	45,9	43,4
Contato com parentes, conhecidos ou amigos que poderiam ajudar a conseguir vaga	3,8	6,3	7,3	2,4	0,8	4,8
Ação judicial solicitando vaga	0,2	0,2	0,1	0,1	0,6	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Referências

BARROS, R. P. de et al. Uma avaliação do impacto da qualidade da creche no desenvolvimento infantil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 41, n. 2, p. 213-232, ago. 2011. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1351/1098>>. Acesso em: mar. 2017.

BARROS, R. P. de et al. *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2001. 33 p. (Texto para discussão, n. 834). Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0834.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

BARROS, R. P. de et al. *Determinantes do desenvolvimento na primeira infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. 31 p. (Texto para discussão, n. 1478). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1478.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. Decreto n. 8.381, de 29 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 151, n. 252, 30 dez. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-13577. Retificada no Diário, 27 set. 1990, p. 18551. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (anos) de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n. 12.665, de 5 de junho de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 153, n. 46, 9 mar. 2016. Seção 1, p. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Benefícios assistenciais*. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais>>. Acesso em: mar. 2017.

CAMPOS M. M. Entre as políticas de qualidade e a qualidade das práticas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 43 n. 148 p. 22-43, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/03.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada - StatCan, Social Survey Methods Division, 2007.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. *O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo I*. [São Paulo]: Núcleo Ciência Pela Infância - NCPI, 2014. 14 p. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/impacto_desenvolvimento_primeira_inf%C3%A2ncia_aprendizagem_NCPI.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

DENBOBA, A. D. et al. *Stepping up early childhood development: investing in young children for high returns*. Washington, DC: World Bank, 2014. 24 p. Disponível em: <https://olc.worldbank.org/sites/default/files/Stepping%20up%20Early%20Childhood%20Development_ENG_0_0.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 8 p. Nota metodológica. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97746.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

GAAG, J. van der. From child development to human development. In: YOUNG, M. E. (Ed.). *From early child development to human development: investing in our children's future*. Washington, DC: World Bank, 2002. p. 63-78. Trabalho apresentado na World Bank Conference on Investing in Our Children's Future, realizada em Washington, DC, 2000. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.199.2092&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

GARCÍA RUBIO, E.; VILLÁN CRIADO, I. DIA: descripción del sistema. In: _____. *Sistema DIA: sistema de detección e imputación automática de errores para datos cualitativos*. Madrid: Instituto Nacional de Estadística - INE, 1988. v. 1.

HECKMAN, J. J. *Schools, skills and synapses*. Cambridge [Estados Unidos]: National Bureau of Economic Research - NBER, 2008. 94 p. (NBER working paper, n. 14064). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14064.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 13., 1982, Geneva. *Resolution concerning statistics of the economically active population, employment, unemployment and underemployment*. Geneva: International Labour Office - ILO, 1982. [9 p.]. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_087481.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/manual/projection/urban-rural.shtml>>. Acesso em: mar. 2017.

METODOLOGIA das estimativas das populações residentes nos municípios brasileiros para 1º de julho de 2008: uma abordagem demográfica para estimar o padrão histórico e os níveis de subnumeração de pessoas nos censos demográficos e contagens da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 28 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/metodologia.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

NATIONAL SCIENTIFIC COUNCIL ON THE DEVELOPING CHILD. *The timing and quality of early experiences combine to shape brain architecture*. Cambridge [Estados Unidos]: Harvard University, Center on the Developing Child, 2008. 9 p. (Working paper, 5). Disponível em: <http://developingchild.harvard.edu/wp-content/uploads/2007/05/Timing_Quality_Early_Experiences-1.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

PESQUISA nacional de saúde: 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 85 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pns/2013_vol3/default.shtml>. Acesso em: mar. 2017.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 101 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default_sintese.shtm>. Acesso em: mar. 2017.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: mar. 2017.

VILLÁN CRIADO, I.; BRAVO CABRIA, M. S. *Procedimiento de depuración de datos estadísticos*. Vitoria-Gasteiz: Euskal Estatistika-Erakundea [Instituto Vasco de Estadística] - Eustat, 1990. 169 p. (Cuaderno, 20). Disponível em: <<http://www.eustat.eus/productosServicios/datos/vol0020.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

Anexo

Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o Instituto elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013, o IBGE divulgou a Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma dessas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da Projeção¹. É dessa Projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios, foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior por meio da soma das estimativas das áreas menores².

Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas. As populações das áreas menores foram as dos municípios aferidas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de conciliação censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2015 tiveram como data de referência o dia 26 de setembro de 2015.

¹ Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: mar. 2017.

² Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 8 p. Nota metodológica. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97746.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às regiões metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. As populações não metropolitanas das Unidades da Federação foram obtidas por subtração das populações totais das respectivas Unidades da Federação.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, foram calculadas aplicando-se o método proposto pela Organização das Nações Unidas - ONU³. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último censo demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção; neste caso, o percentual de população urbana ($pu(t)$), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para essas seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³ Para informações mais detalhadas sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: mar. 2017.

Glossário

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

As características gerais e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as de trabalho e rendimento, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

As características de cuidados das crianças foram investigadas para aquelas de menos de 4 anos de idade.

ação para conseguir vaga em creche ou escola Medida tomada pela pessoa responsável pela criança para conseguir vaga em creche ou escola, classificada em: contato com creche, prefeitura ou secretaria para informações sobre a existência de vagas - para a criança cuja pessoa responsável entrou em contato com creche ou com a secretaria de educação da prefeitura para obter informações sobre a existência de vaga em creche ou escola; inscrição em uma fila de espera para vagas - para a criança cuja pessoa responsável a inscreveu em fila de espera para conseguir vaga em creche ou escola ou para começar no próximo período letivo; contato com parentes, conhecidos ou amigos que poderiam ajudar a conseguir uma vaga - para a criança cuja pessoa responsável entrou em contato com parentes, conhecidos ou amigos que poderiam ajudar a conseguir vaga em creche ou escola;

ou ação judicial solicitando uma vaga - para a criança cuja pessoa responsável entrou com ação judicial para tentar conseguir vaga em creche ou escola.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

banheiro Cômodo destinado a banho e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

condição de estudante Classificação da pessoa em: estudante ou não estudante.

condição na unidade domiciliar Classificação dos componentes da unidade domiciliar, quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, em: pessoa de referência - pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa

que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar; ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2015, foi o dia 26 de setembro de 2015.

dependência doméstica Relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da unidade domiciliar.

destino do lixo Destino dado ao lixo do domicílio particular permanente: coletado diretamente - quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio; coletado indiretamente - quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, para coleta posterior; ou outro - quando o lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar etc.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie em: permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado Domicílio particular localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia.

domicílio particular permanente Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia.

empreendimento Empresa, instituição, entidade, firma, negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

estudante Pessoa que frequenta curso regular (ensino fundamental, ensino médio ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular. A pessoa que frequenta somente curso sequencial de educação superior, de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.

forma de abastecimento de água Classificação da forma de abastecimento de água do domicílio particular permanente em: rede geral ou outra forma (água proveniente de poço ou nascente localizados dentro ou fora da propriedade, ou de reservatório abastecido por carro-pipa, chuva etc.), com ou sem canalização interna.

forma de esgotamento sanitário Escadouro do banheiro ou sanitário de uso dos moradores dos domicílios particulares permanentes classificado, quanto ao tipo, em: rede coletora (de esgoto ou pluvial) - quando a canalização das águas servidas e dos dejetos estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduz para um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial - quando as águas servidas e os dejetos fossem esgotados para uma fossa, onde passavam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município; ou outro - quando os dejetos fossem esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, ou idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

interesse do responsável em matricular a criança em creche ou escola Existência de interesse da pessoa responsável pela criança que normalmente não permanecia, de segunda a sexta-feira, no período da manhã ou da tarde em creche ou escola, em matriculá-la nesse tipo de estabelecimento, classificado em: há interesse ou não há interesse.

local de permanência Local em que, no período de referência dos últimos três meses, a criança normalmente permanecia, de segunda a sexta-feira, no período da manhã e da tarde: no domicílio em que reside - para a criança que passa o período da manhã e da tarde no domicílio em que reside; em outro domicílio - para a criança que passa o período da manhã e da tarde em outro domicílio; em outro local - para a criança que passa o período da manhã e da tarde em creche ou escola, pública ou particular, ou em outra instituição (igreja, organização não governamental - ONG, centro comunitário ou clube); ou outro local distinto dos anteriores.

local de permanência e pessoa ou instituição responsável pela criança Local em que, no período de referência dos últimos três meses, a criança normalmente permanecia, de segunda a sexta-feira, e com quem ficava no período da manhã e da tarde: no domicílio em que reside com um dos responsáveis pela criança - para a criança que passa o período da manhã e da tarde no domicílio em que reside com morador que era seu responsável; no domicílio em que reside com outro morador do domicílio - para a criança que passa o período da manhã e da tarde no domicílio em que reside com morador que não era seu responsável; no domicílio em que reside com pessoa não moradora do domicílio - para a criança que passa o período da manhã e da tarde no domicílio em que reside com pessoa, parente ou não parente, não moradora do domicílio; em outro domicílio com um parente - para a criança que passa o período da manhã e da tarde em outro domicílio com pessoa que é parente; em outro domicílio com não parente - para a criança que passa o período da manhã e da tarde em outro domicílio com pessoa que não é parente; em creche ou escola - para a criança que passa o período da manhã e da tarde em creche ou escola, pública ou particular; ou outra instituição ou local - para a criança que passa o período da manhã e da tarde em outra instituição que não creche ou escola (igreja, organização não governamental - ONG, centro comunitário ou clube); ou outro local distinto dos anteriores.

morador *Ver em* população residente

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2015, foi o mês de setembro de 2015.

motivo de permanência Motivo de a criança normalmente permanecer, no período de referência dos últimos três meses, de segunda a sexta-feira, no mesmo local e com a mesma pessoa, no período da manhã e da tarde: local que oferece as melhores condições para a criança em termos de cuidado, alimentação, afeto e segurança - quando é considerado que o local em que a criança permanece é o que oferece as

melhores condições em termos de cuidado, afeto e segurança dentre as diversas opções disponíveis; local que oferece as melhores condições de convivência com outras crianças e educação por um profissional - quando é considerado que o local em que a criança permanece é o que oferece as melhores condições em termos de convivência com outras crianças, educação por um profissional capacitado, socialização etc.; não há condições financeiras para outras opções de lugar/cuidado - quando é considerado que não há condições financeiras para colocar a criança em outro lugar ou sob os cuidados de outra pessoa; não há membro do domicílio para cuidar da criança - quando a opção é adotada por não haver qualquer membro da unidade domiciliar que possa cuidar da criança; é função de alguém da família cuidar da criança - quando a opção é adotada por ser considerado que a função de cuidar da criança era de pessoa da família; única opção disponível - quando a opção adotada é a única disponível; ou outro motivo - quando o motivo da opção adotada é distinto dos anteriormente descritos.

não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta própria ou empregador em qualquer atividade ou empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.

nível de instrução Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; superior completo; ou não determinado.

nível fundamental completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 1ª série de curso do ensino médio, regular ou da educação de jovens e adultos; b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: curso do médio primeiro ciclo, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental com duração de 8 anos ou 9 anos, da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental; ou c) não frequenta, mas já frequentou: curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; ou curso de médio segundo ciclo não seriado, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível fundamental incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: da 2ª a 8ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; da 3ª a 9ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou b) não frequenta, mas já frequentou: curso elementar e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; curso de

médio primeiro ciclo, mas não concluiu este curso; curso regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; ou curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

nível médio completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 4ª série de curso regular do ensino médio; curso pré-vestibular; ou a 1ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, pelo menos a 3ª série de curso do médio segundo ciclo, ou regular do segundo grau ou do ensino médio; c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso de educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio; ou d) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso.

nível médio incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: a 2ª ou a 3ª série de curso do ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu a 1ª série ou, no máximo, a 2ª série de curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio.

nível sem instrução Para a pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequenta: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; curso de alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; a 1ª ou a 2ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou c) não frequenta, mas já frequentou: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; alfabetização de jovens e adultos; curso elementar, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso; curso da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível superior completo Para a pessoa que: a) frequenta curso de mestrado ou doutorado; b) não frequenta, mas já frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

nível superior incompleto Para a pessoa que: a) frequenta da 2ª a 6ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu o curso.

nível não determinado Para a pessoa que frequenta curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental não seriado ou do ensino médio não seriado.

normas de convivência Regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

número de responsáveis pela criança Indicação da existência de um ou dois moradores responsáveis pela criança, classificado em: uma pessoa - para a criança com um único morador responsável; ou duas pessoas - para a criança com dois moradores responsáveis.

ocorrência de alguma ação para conseguir vaga em creche ou escola Ocorrência de alguma providência, por parte da pessoa responsável pela criança que tinha interesse em matriculá-la em creche ou escola, para conseguir vaga nesse tipo de estabelecimento, classificada em: tomou alguma ação ou não tomou qualquer ação.

período de referência dos últimos três meses Período utilizado para a investigação das características de cuidados das crianças. Abrange os últimos 90 dias que antecedem ao dia da entrevista.

pessoa não ocupada Pessoa que não é classificada como ocupada na semana de referência da pesquisa.

pessoa ocupada Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

permanência normalmente, no período de referência dos últimos três meses, de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, no mesmo local e com a mesma pessoa Ocorrência de a criança normalmente permanecer, no período de referência dos últimos três meses, de segunda a sexta-feira, no período da tarde no mesmo local em que ficava na parte da manhã e com a mesma pessoa, em: permanece ou não permanece.

primeira pessoa responsável pela criança Morador que é o único ou o primeiro indicado como responsável pela criança.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, no mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de: a) jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou

suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) rendimento médio mensal, no mês de referência da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte; etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria - retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo "sem rendimento".

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos membros da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar *per capita* Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2015, era de R\$ 788,00.

sanitário Cômodo ou local limitado por paredes de qualquer material, coberto, ou não, por um teto e que dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

semana de referência Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2015, foi a semana de 20 a 26 de setembro de 2015.

situação de ocupação na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em ocupada ou não ocupada na semana de referência da pesquisa.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério e, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a

membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação (apartamento, quarto etc.) em domicílio coletivo.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência de Pesquisas

Maria Lucia França Pontes Vieira

Adriana Araújo Beringuy

Alessandra Scalioni Brito

Antony Teixeira Firmino

Bruno Alves de Carvalho

Fatmato Ezzahra Schabib Hany

Flavia Vinhaes Santos

Genilda da Silva Rodrigues

Helena Oliveira da Cruz Monteiro

Leonardo Areas Quesada

Luiz Claudio da Silva Malvino

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maria da Gloria Dias Freitas

Maria Teresa Cristina Dalla Riva da Nobrega Bastos

Maria Lucia Pereira do Nascimento

Marina Ferreira Fortes Aguas

Michelle Menegardo de Souza

Rosângela Lago de Souza Barbosa

William Araujo Kratochwill

Elaboração do plano tabular

Adriana Araújo Beringuy

Vandeli dos Santos Guerra (Consultora)

Crítica Centralizada

Fabiane Cirino de Oliveira Santos
Marcus Vinícius Morais Fernandes

Cálculo dos indicadores

Daniel Luiz Fonseca de Aguiar
Douglas de Oliveira Matos Braga

Análise dos resultados

Adriana Araújo Beringuy

Revisão e preparo de originais

Adriana Araújo Beringuy
Maria Lucia França Pontes Vieira

Gerência de Estudos Métodos e Controle

Maurício Franca Lila
Daniel Luiz Fonseca de Aguiar
Diogo da Hora Elias
Douglas de Oliveira Matos Braga
Fabiane Cirino de Oliveira Santos
Felipe Quintas Conde
Fernanda Karine Ruiz Colenghi Baptista
Fernanda Lang Schumacher
Nayara Lopes Gomes
Maira Bonna Lenzi
Luna Hidalgo Carneiro
Rodrigo Aires Lemes

Colaboradores**Diretoria de Pesquisas****Coordenação de Métodos e Qualidade**

Sônia Albieri - coordenadora

Gerência de Metodologia Estatística

Antonio José Ribeiro Dias
Alexandre dos Reis Santos
Bruno Freitas Cortez
Debora Ferreira de Souza
Fábio Figueiredo Farias
Marcus Vinícius Morais Fernandes
Nícia Custódio Hansen Brendolin
Viviane Cirillo Carvalho Quintaes

Gerência de Qualidade Estatística

Maria Luiza Barcellos Zacharias
Alexandre Emilio Manhaes Pardelinha
Alexandre Vincenzo Barone
Alvaro de Moraes Frota
Andrea Borges Paim

Renata Moreira Paes da Costa

Rodrigo Machado

Sofia Machado Monti

Gerência de Desenvolvimento e Pesquisa

André Wallace Nery da Costa

Denis Paulo dos santos

Marcos Paulo Soares de Freitas

Roberta Carneiro de Souza

Rodrigo Otávio Santos von Doellinger

Sâmela Batista Arantes

Tiago Mendes Dantas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti

Gerência de Estimativas e Projeções de População

Izabel Magalhães Marri

Marcio Mitsuo Minamiguchi

Leandro Okamoto Silva

Diretoria de Informática

Coordenação de Projetos Especiais

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo

Carlos Brandão Fernandes da Silva

Eduardo da Costa Romero

Dulce Maria Rocha Barbosa

Ronaldo Rodrigues Raposo Junior

Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio

Carlos Emilio de Mattos Strauch

Davi Faria Rocha

Edson Orofino de Souza

Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo

Marcello Willians Messina Ribeiro

Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo

Anderson Almeida França

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto

Vania da Silva Boquimpani

André Bruno de Oliveira

Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Georgia de Souza Assumpção - Gerente de área

Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção

Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais

Supervisores Estaduais

RO - Jurandir Soares da Silva

AC - Lara Torchi Esteves

AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho

RR - Luca da Silva Gomes

PA - Max Elias Calil Gomes

AP - Ananias do Carmo Picanço

TO - João Paulo Dantas Arantes

MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza

PI - Ranieri Ferreira Leite

CE - João Batista Canário Neto

RN - Rosana Lúcia Passos de Oliveira Siqueira

PB - Cláudio Vinícius Santos de Araujo

PE - Isaílda Maria Barros Pereira

AL - Haroldo Alves Farias

SE - Ewerton Fernando Santana Coelho

BA - Artur Constantino Figueiredo Machado

MG - Fernanda de Sousa Gerken

ES - Fernando Francisco de Paula

RJ - Geraldo Louza da Veiga

SP - Eugênio Carlos Ferreira Braga

PR - Laura Castegnaro

SC - Gilmar Orsi

RS - Raquel Eloísa Eisenkraemer

MS - Cecília de Fátima Argemon Ferreira

MT - Nivaldo de Souza Lima

GO - Valperino Gomes Oliveira Filho

DF - Maiara Santos Santana

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro

AC - Raphael Lopes Dias

AM - Darlan Viana Cavalcante
RR - José Carlos Ramires
PA - Sílvio Costa de Souza
AP - Fabrício Alves Reis
TO - Manuela Almeida Bittencourt
MA - Wellington Luis Mineiro Franca
PI - João José de Sousa Santos
CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho
RN - Edson Moreira de Aguiar
PB - Haroldo Paulino de Medeiros
PE - Gliner Dias Alencar
AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo
SE - Carlos Alberto Lavy
BA - André Luiz Ferreira Urpia
MG - Diva dew Souza e Silva Rodrigues
ES - Eric Alves Buhr
RJ - Carlos Eduardo Portela
SP - Wlamir Almeida Pinheiro
PR - Luciano Lopes Martins
SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua
RS - Octavio Jose Dedavid Filho
MS - Ronaldo Mendes Lamare
MT - Fabricio Eustaquio Vargas
GO - Rogerio Arantes Gaioso
DF - Jose Magno de Avila Junior

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Fernanda Maciel Jardim
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Ferreira Martins
Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim
Luiz Carlos Chagas Teixeira
Marisa Sigolo
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes
Karina Pessanha da Silva (Estagiária)
Lioara Mandoju
Nadia Bernuci dos Santos
Solange de Oliveira Santos
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Ednalva Maia do Monte

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ASPECTOS DOS CUIDADOS DAS CRIANÇAS DE MENOS DE 4 ANOS DE IDADE

2015

Como tema suplementar resultante de convênio com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2015 investigou aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade.

Com a presente publicação, o IBGE divulga comentários analíticos sobre os resultados obtidos na pesquisa do tema, tendo como referência os seguintes indicadores para as crianças dessa faixa etária: em que local e com quem a criança fica durante o dia (períodos da manhã e tarde); redes de proteção e cuidados dessas crianças (familiares e instituições comunitárias, públicas e mistas); se há diferenças na organização dos cuidados, conforme a idade da criança e do responsável; se há diferenças na organização dos cuidados, conforme a inclusão do responsável pela criança no mercado de trabalho; e interesse das famílias por vaga em creche ou escola e as dificuldades encontradas para acessar tais serviços. Cabe ressaltar que este último aspecto é de extrema importância para o desenho e a implantação de políticas de desenvolvimento social mais efetivas na área. Esta análise dos resultados, ilustrada com tabelas e gráficos, busca ressaltar os aspectos mais relevantes dos indicadores apresentados.

O suplemento inclui ainda notas técnicas sobre a pesquisa e glossário com os termos e conceitos julgados essenciais para a compreensão desses resultados. Considerações metodológicas sobre as estimativas da população para cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2015 encontram-se no anexo que complementa o presente volume.

Destaca-se que o corpo básico investigado pela pesquisa já contém algumas informações relacionadas à fase inicial da vida da população, sobre temas como Trabalho Infantil (5 a 9 anos de idade) e Educação (4 anos ou mais de idade), este concentrado, principalmente, na frequência à escola ou creche. A presente investigação, com foco no grupo de crianças mais novas, vai além da frequência a tais locais para identificar questões associadas a outros aspectos dos cuidados dessa fase inicial da vida, subsidiando, assim, o aprimoramento de políticas públicas de provisão de serviços para esse importante subgrupo da Primeira Infância. Ela se soma, ainda, a outros dois temas suplementares da PNAD 2015 que serão objetos de publicações específicas, versando sobre Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização, bem como sobre Prática de Esportes e Atividade Física.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda o plano tabular da pesquisa, contemplando Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, bem como os seus microdados.

